

Marc Piraux
Philippe Bonnal

*Projetos coletivos de desenvolvimento territorial e
multifuncionalidade da agricultura familiar:
um estudo sobre o entorno de Campina Grande, PB*

Introdução

A região do entorno da cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, constituída por 24 municípios, é palco de diversas dinâmicas territoriais que vêm crescendo ao longo da última década. Essas dinâmicas estão intimamente correlacionadas com o fortalecimento dos movimentos sindicais e associativos ligados à agricultura familiar, os quais, com o apoio de organizações não governamentais (ONGs) têm consideravelmente incrementado e diversificado suas atividades e refletido no sentido da promoção da agroecologia. Nesta lógica reconhece-se a importância, além dos aspectos econômicos, das dimensões social e ambiental da agricultura familiar, e considera-se indispensável à integração dessas

Marc Piraux é geógrafo, pesquisador do Cirad (França) e professor visitante da UFCG-PB. (marc.piraux@cirad.fr); Philippe Bonnal é economista, pesquisador do Cirad (França) e pesquisador convidado do CPDA/UFRRJ (philippe.bonnal@cirad.fr).

três dimensões para que se observe um processo de desenvolvimento territorial sustentável. Esta concepção multidimensional da agricultura, que remete à questão de sua multifuncionalidade, faz com que a região do entorno de Campina Grande constitua uma situação propícia para observar a relação entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e o processo de desenvolvimento territorial rural.

Neste artigo, depois de ter apresentado a região e precisado as principais dinâmicas territoriais, serão discutidos os dois principais projetos coletivos territoriais escolhidos para análise (o da SDT e o de um polo sindical). Na parte final do texto discutiremos a relação entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e o desenvolvimento territorial rural.

Uma região estratégica do agreste paraibano marcada pela heterogeneidade

A região do entorno de Campina Grande ocupa um lugar de destaque na organização espacial do estado da Paraíba (Figura 1). Localizada no agreste paraibano, entre as zonas da Mata e do Sertão, a região, apesar da alta heterogeneidade do ponto de vista de seus recursos naturais e conseqüentemente das atividades agrícolas, sempre teve uma grande importância para a circulação dos bens e das pessoas. O início das atividades agrícolas no agreste paraibano ocorreu a partir do século XVIII, mediante a separação dos currais de criação de gado¹ da produção de cana nos engenhos (ANDRADE, 1986; MOREIRA & TARGINO, 1997). A aptidão agropecuária agrestina cedeu espaço, embora não tenha deixado de existir, para a produção de alimentos que abasteciam as populações litorâneas e locais, que passou a crescer significativamente com o surgimento de núcleos urbanos (BONNAL *et al.*, 2007). A produção de alimentos tem como base a agricultura familiar diversificada e inserida no mercado. Historicamente, essa região teve também uma importância na estruturação dos ciclos das ati-

vidades agrícolas que ocorreu na região. Assim, as principais atividades agropecuárias do agreste paraibano foram as seguintes: século XIX–1920, algodão e café; 1920–1940: cana-de-açúcar e algodão; 1940–1960: algodão, sisal e cana-de-açúcar; 1960–1975: pecuária de corte; 1975–1995: cana-de-açúcar, pecuária de leite, batatinha. Campina Grande foi, assim, um dos maiores centros de comercialização do algodão no mundo no fim do século XIX (MOREIRA & TARGINO, 1997).

A região é marcada pela importância do tecido urbano, desigualdade da divisão demográfica, pobreza rural e agricultura predominantemente familiar. Em 2000, data do último censo demográfico, a região tinha uma população de 660.000 pessoas, o que representava quase 20% da população total do estado. Mais da metade desta população morava no perímetro urbano de Campina Grande, e apenas uma pessoa em cada quatro morava na área rural. Desconsiderando o município de Campina Grande, a população da área era de 300.000 habitantes, sendo um pouco mais de sua metade localizada na área rural. A densidade da população municipal varia em proporções muito expressivas ao alcançar valores elevados no entorno de Campina Grande, como, por exemplo, no caso de Lagoa Seca (354 hab/km²) ou de Arara (295 hab/km²) e, ao contrário muito baixos, principalmente na parte noroeste, semiárida do Curimataú, como é o caso dos municípios de Algodão de Jandaira (4,9 hab/km²) e de Casserengue (27,9 hab/km²).

A pobreza no meio rural, apesar de conhecer um processo de redução desde o primeiro governo Lula, é expressiva. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região se encontrava numa faixa média de 0,60, enquanto no município de Campina Grande este índice alcançava 0,72 e na Paraíba chegava a 0,71.

Figura 1. A zona de estudo no mapa municipal do estado da Paraíba.



Figura 2. Zoneamento das dinâmicas territoriais da zona do entorno de Campina Grande (PB).



No que diz respeito à agricultura, segundo o Censo Agropecuário de 1995-96, existiam na região 26.200 famílias de agricultores familiares e um pouco mais de 1.300 unidades patronais. Assim sendo, 95% das unidades de produção agropecuária eram de agricultores familiares. A agricultura familiar utilizava pouco mais da metade da área agrícola total e produzia 70% do valor total da produção agrícola da região, chegando até 90% em alguns municípios. Exemplos desta situação são os dos municípios de Areal e Montadas. Contudo, convém considerar que este quadro mudou bastante, desde 1995, no sentido da redução da pobreza rural sob o efeito das políticas de transferência de renda e do fortalecimento da agricultura familiar.

Os principais desafios da região do entorno de Campina Grande são amplamente ligados aos problemas recorrentes da variabilidade dos mercados agropecuários, fraqueza do mercado de trabalho em zona urbana e pressão fundiária exacerbada pela proximidade do campo da cidade. Esses problemas concorrem para a manutenção da pobreza rural, do êxodo rural e da concentração urbana, fenômenos que contribuem para incrementar a favelização nas cidades grandes, médias e, mesmo, de menor porte da região.

Quatro grandes fatores de diferenciação espacial

Alguns fatores de diferenciação espacial se destacam e influenciam as dinâmicas territoriais do entorno de Campina Grande.

O primeiro fator de diferenciação entre os municípios é de origem natural: trata-se da pluviometria. A intensidade e a frequência da chuva diminuem segundo um gradiente de direção Oeste-Leste. O volume e a frequência da chuva são fortemente influenciados pelo relevo, uma vez que existe uma franja de maior altitude na direção Norte-Sul. Assim sendo, a altitude varia muito de um ponto a outro da região. A combinação de relevo e pluviometria define quatro zonas distintas: uma zona baixa e úmida (Brejo) localizada na parte nordeste da região, onde a pluviometria pode alcançar de

800mm a 1.000mm de chuva ao ano; uma zona alta e úmida (Agreste) conformando o centro da região, com chuvas na casa de 600mm a 800mm ao ano; uma zona baixa e seca, o Cariri, constituindo a parte sudoeste da região com uma pluviometria aproximada de 400mm ao ano e uma zona baixa muito seca; e o Curimataú, localizado ao noroeste, com pluviometria geralmente inferior a 400mm ao ano. Mas, além dessas quatro regiões distintas, evidencia-se uma alta variabilidade interanual das chuvas. O corolário desta situação pluviométrica é a diversidade das produções agropecuárias e o desigual nível de risco agrícola entre os agricultores da região.

No plano social, a região do entorno de Campina Grande é alvo, desde os anos 1990, de duas dinâmicas socioeconômicas importantes: de um lado, a renovação da ação sindical dando lugar a uma contestação do modelo técnico difundido pelas instituições nacionais e regionais de geração e difusão de tecnologias e, do outro, a emergência de movimentos sociais de luta pela terra e sua aproximação progressiva com movimentos sociais da agricultura familiar. De fato, observou-se naquela década uma evolução importante do sindicalismo rural da região de Campina Grande ligado, em grande parte, à aproximação com algumas ONGs voltadas para a promoção do desenvolvimento rural, notadamente a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e o Programa de Tecnologias Adaptadas para as Comunidades (Patac). Esta aliança, agora estabelecida, renovou a visão dos sindicatos sobre a atividade agrícola e o processo de desenvolvimento rural que, por sua vez, influenciou profundamente outras dinâmicas locais. Os efeitos desastrosos da seca de 1997-1998 na produção agrícola regional levaram alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) a reconsiderar o papel do sindicato municipal, bem como a investir nos aspectos técnicos, com o intuito de identificar respostas possíveis às sucessivas crises agrícolas. Esta preocupação com respeito aos aspectos técnicos da produção agropecuária marcou uma renovação histórica na função dos sindicatos rurais da

região, antigamente limitada apenas aos temas previdenciários e de emprego rural.

Essa nova orientação, lançada pelos STRs de Solânea e de Remigio, foi rapidamente adotada pelo STR de Lagoa Seca antes de se estender a uma dezena de outros municípios da região. Com o decorrer do tempo, à reflexão sindical foram sendo incorporados outros temas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente etc. Enquanto na parte central e centro-oeste acontecia a renovação sindical, na região do Brejo, mais a nordeste, estava se constituindo um movimento de reforma agrária que culminou na criação do Fórum dos Assentados. Este fórum é uma herança do movimento social formado pelos antigos trabalhadores de usinas açucareiras localizadas nos arredores de Guarabira que encerraram suas atividades no final dos anos 1980. O movimento de luta pela terra desembocou na criação de 14 assentamentos. A criação do Fórum dos Assentados e sua posterior integração ao território ligado à política da SDT (como veremos depois), junto ao Polo Sindical, constituíram condições favoráveis para uma aproximação, embora ainda limitada, desses dois movimentos. Como o Pólo sindical, acima mencionado, o Fórum dos Assentados conta com a assessoria da ONG denominada Sedup² e de diversos movimentos sociais (MST, CPT, MPA³), com o propósito de aprimorar suas ações junto aos assentados e prestar apoio a outros assentamentos da região.

Um terceiro fator importante de heterogeneidade espacial é a localização dos polos urbanos e das vias de comunicação. Dois centros urbanos polarizam as atividades humanas da região. O primeiro é a cidade de Campina Grande. Sendo um potente centro urbano com 370.000 habitantes, ela influencia as atividades econômicas de toda a área central e sul das zonas da Borborema e do agreste paraibano. O segundo centro urbano, de menor importância, é a cidade de Guarabira, que conta uma população de 53.000 habitantes. Este município está localizado no Brejo e influencia as

atividades econômicas da parte nordeste da região. Enquanto isso, a rodovia de direção Norte-Sul, que liga Campina Grande aos povoados mais importantes da região, atua como um eixo polarizante. Esses povoados, de alguns milhares de habitantes e separados uns dos outros por distâncias que variam de dez a vinte quilômetros, constituem centros econômicos secundários que têm um efeito local sobre o movimento de população e das atividades econômicas. Esses povoados conhecem um rápido processo de crescimento demográfico e econômico.

O último fator de diferenciação está ligado às práticas do poder público municipal. As prefeituras se diferenciam pelo estilo de governo e sua capacidade relativa de aceitar as dinâmicas de desenvolvimento supramunicipais, sejam aquelas promovidas pela articulação de movimentos sociais como a articulação do semiárido (ASA), sejam as associadas a projetos públicos de desenvolvimento territorial, como os territórios promovidos pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do MDA. Evidencia-se a permanência de lógicas clientelistas em algumas prefeituras pelas quais os prefeitos tentam favorecer as políticas públicas que transitam pelas secretarias municipais em detrimento das políticas de desenvolvimento territorial, com a finalidade de resguardar o controle dos recursos públicos e usá-los de maneira eleitoral. Essas prefeituras formam algumas manchas no mapa municipal da região com a tendência a perder peso à medida que se fortaleçam os projetos territoriais.

Assim sendo, elementos e processos de natureza muito variada, de origem antrópica ou não, influenciam nitidamente as situações rurais locais. Esses fatores são notadamente o clima e a repartição pluviométrica; a renovação dos movimentos sociais e, sobretudo, da ação sindical; a evolução da rede viária; o efeito polarizador das cidades da região e o tipo de governança municipal. A conjunção desses fatores, por sua vez, dá lugar a diversas dinâmicas territoriais.

As dinâmicas territoriais

Os elementos de estruturação do território e as dinâmicas sociais têm como consequência a forte diferenciação espacial das atividades agropecuárias, da repartição geográfica e das características da agricultura familiar. Observa-se a existência de diversas zonas ou unidades espaciais específicas.

Além da zona de concentração urbana (comércio, serviço etc.) de Campina Grande, identificam-se cinco zonas diferentes onde predominam as dinâmicas territoriais envolvendo atividades agropecuárias (Figura 2).

A zona 1 é localizada no centro do território e se caracteriza por forte densidade populacional e presença de uma agricultura familiar bem estruturada. Dominam os pequenos estabelecimentos familiares com sistemas de cultivos diversificados. Evidencia-se a existência de uma subzona de concentração dedicada à produção frutícola (o Brejo), onde as condições climáticas são melhores. As atividades são influenciadas pela proximidade com Campina Grande e povoados secundários, tanto para a venda dos produtos agropecuários quanto para a realização das atividades não agrícolas. Esta zona é o espaço privilegiado da intervenção do Polo Sindical, resultado, como se verá adiante, do movimento político de renovação sindical. A dinâmica territorial que resulta nessa região central e ocidental está ligada a uma forte presença da agricultura familiar, que é protagonista de um projeto agroecológico e que se apoia numa organização social forte num contexto ecológico favorável do ponto de vista da abundância e repartição da chuva e da qualidade do solo.

Na zona 2 (a zona oriental), os estabelecimentos agropecuários são fortemente influenciados pelo Fórum dos Assentados, que agrupa 14 projetos de assentamentos rurais. Grandes propriedades voltadas para a produção pecuária de corte estão igualmente presentes. Do ponto de vista das atividades econômicas, esta zona é mais

influenciada pelas cidades de Solânea, localizada na própria zona, e Guarabira, não muito distante dela. Ela se beneficia de boas condições climáticas e predominam os sistemas de cultivos diversificados, na direção da agroecologia. Esta zona, como a anterior, é caracterizada por uma agricultura periurbana com uma densidade populacional elevada. Distingue-se a concentração e luta pela terra, além de contar com a defesa de um modelo agroecológico por parte de uma organização social forte (o Fórum), num contexto de condições pluviométricas favoráveis.

A zona 3, no Sudeste, corresponde ao Cariri agrestino. Ela é composta por três municípios, entre os quais Campina Grande. É uma zona seca dedicada principalmente às atividades de pecuária bovina (corte) e à produção leiteira voltada geralmente ao abastecimento da cidade de Campina Grande. Parte das grandes fazendas que se dedicam a estas atividades são objetos de conflitos agrários. A luta pela terra é de fato importante e os movimentos sindicais tentam desenvolver um modelo agroecológico para a pecuária, sabendo que o contexto pluviométrico é pouco favorável.

A zona 4 corresponde ao Curimataú (noroeste), zona bastante seca, com densidade demográfica muito baixa. Dominam as atividades de pecuária, principalmente ovino e caprinocultura de corte, cuja tendência é de crescimento. Nesta zona, as dinâmicas sociais em torno de projetos coletivos são fracas, uma vez que dominam as relações salariais entre grandes produtores e trabalhadores rurais. Um movimento recente de reforma agrária ganha força num contexto climático desfavorável, onde a seca torna possível somente atividades de pecuária.

Finalmente, a zona 5 é conformada pelos municípios de Soledade e Juazeirinho, situados na região do Cariri. O município de Soledade participa do Fórum que foi iniciado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário no Cariri. Devido à fraca pluviometria, as atividades produtivas dominantes são a caprinocultura, a bovinocultura e, cada vez mais, a apicultura. O Polo Sindical é bas-

tante ativo nesta zona, sendo responsável pela difusão da agroecologia. Uma parte da população ativa trabalha em Campina Grande.

Observa-se que a combinação desses processos discriminantes gera dinâmicas territoriais específicas: (i) agricultura familiar dominante que atua no sentido da promoção da agroecologia na zona central e ocidental; (ii) agricultura patronal e movimentos de reforma agrária num contexto pluviométrico favorável nas zonas Leste e Sul da região; (iii) pecuária patronal e conflitos pela terra num contexto semiárido na parte sudeste; (iv) uma zona muito seca, com baixa densidade de população dedicada à pecuária semiárida, com poucas dinâmicas sociais na parte noroeste.

O Polo Sindical e as Associações da Borborema: um projeto nascido da renovação dos sindicatos

O Polo Sindical e das Associações da Agricultura Familiar da Borborema é um projeto do movimento sindical ligado à agricultura familiar, envolvendo dimensões materiais e simbólicas, notadamente em torno da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento. Ele se beneficia de um reconhecimento indiscutível por parte da sociedade civil local e dos atores políticos estaduais, e de acesso a recursos públicos para realizar suas atividades. Formado por Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de associações de produtores familiares, o Polo tem uma área de atuação de 16 municípios, definindo um território descontínuo, repartido em diferentes ambientes agroecológicos. Oficialmente, os principais objetivos do Polo são os seguintes: (i) constituir uma articulação de organizações de agricultores familiares na perspectiva da construção coletiva de um modelo de desenvolvimento rural, com base na agricultura familiar e na agroecologia e com uma referência à Convivência com o Semiárido; (ii) fortalecer a troca de experiências entre as famílias de agricultores; (iii) fortalecer o movimento sindical no estado da Paraíba e (iv) construir parcerias com

grupos de pastoral, associações, grupos informais e demais organizações que assumam o compromisso com o novo modelo de desenvolvimento.

O Polo foi definido a partir de uma aproximação político-associativa entre sindicatos, em que entidades distantes manifestaram as suas afinidades. O processo de aproximação se deu em 1995, quando as lideranças dos STRs de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, com apoio de ONGs (Patac e AS-PTA), iniciaram um processo de estudo e intervenção na realidade local. A reflexão se fundamentou na utilização de ferramentas de diagnóstico participativo, com a finalidade de precisar a problemática da agricultura familiar local e definir uma estratégia de ação. Rapidamente, o grupo adotou a agroecologia como quadro de referência para nortear sua reflexão. Os estudos realizados pelos STRs de Lagoa Seca, Remígio e Solânea foram apresentados num seminário realizado em 2001, a partir do qual se criou o Polo Sindical da Borborema, mediante a adesão dos STRs municipais. A AS-PTA da Paraíba assumiu no processo de conformação do Polo Sindical um papel de coordenador. Durante este processo, a adesão dos municípios foi progressiva.

Uma das primeiras ações do Polo foi criar fundos rotativos para a compra de esterco necessário à produção. Pouco a pouco, outros fundos rotativos financiaram diversas atividades: a criação dos bancos de sementes (resgate, conservação e melhoramento de variedades de cultivos agrícolas adaptados localmente), a construção de cisternas, a compra de barracas para a feira de produtos agroecológicos, além da produção de mudas em viveiros comunitários. Paralelamente, houve um esforço de experimentação em torno de temas como manejo da água, biodiversidade, cultivos ecológicos, sistemas agroflorestais e criação animal. Algumas inovações foram testadas nos quintais em relação ao beneficiamento e à comercialização. Enfim, foram desenvolvidas ações educativas e de capacitação. O enfoque principal adotado tem sido o de valorizar o conhecimento dos agricultores, não para mitificá-los, mas

para suscitar um diálogo que busque soluções originais e inovadoras aos problemas concretos encontrados. Ou seja, apoiando-se em experimentações alternativas, procurando construir um diálogo, dando um novo sentido ao saber do agricultor e inovando com o conhecimento técnico.

O Polo funciona como um fórum de organizações de agricultores que, desde 1996, atua na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável a partir do resgate e da valorização dos conhecimentos produzidos e acumulados pelos agricultores familiares, tentando também transformá-los em propostas de políticas públicas. Neste sentido, os atores sociais que criaram o Polo Sindical da Borborema compartilham um conjunto de valores, conceitos e estratégias de ações. Todos eles concordam em dar prioridade ao desenvolvimento humano sobre o desenvolvimento estritamente econômico, considerando que o crescimento econômico não tem prioridade sobre o melhoramento das condições individuais e coletivas. Assim sendo, confere-se grande importância aos valores de solidariedade, tanto no nível da comunidade local quanto entre as diversas gerações. As lideranças que integram o Polo Sindical acreditam que a construção coletiva desse novo modelo, baseado na justiça social, no desenvolvimento humano e na sustentabilidade ambiental, permitirá a construção de um trabalho permanente de luta contra a fome.

Essa convergência entre os atores implicados no Polo deve ser interpretada como o resultado do processo de colusão no qual se baseou a constituição da rede intermunicipal. A importância atribuída aos valores coletivos e a colocação num segundo plano dos interesses individuais fizeram com que se estabelecesse um processo de aproximação – seleção dos membros da comunidade local baseada no compartilhamento dos valores comuns –; processo que, por sua vez, gera um processo inverso de rejeição por parte dos indivíduos que têm outros valores. Isto explica por que o Polo não corresponde a um território contínuo, uma vez que os vazios

no território correspondem são ligados aos municípios onde nem o STR nem as associações concordam com os princípios da agroecologia ou com as estratégias de ação das lideranças desse projeto.

A constituição do Polo responde a uma lógica de ação de categoria ligada à promoção da agricultura com base na agroecologia, específica ao grupo de indivíduos que compartilham os valores mencionados anteriormente. Essa lógica se enquadra em redes regionais e nacionais (Articulação do Semiárido Nordeste e Nacional, Articulação Nacional de Agroecologia), mediante a construção de uma parceria consolidada com ONGs, que atuam para o fortalecimento da agricultura familiar (AS-PTA, Patac). O público que se beneficia das ações do Polo é claramente definido, tratando-se essencialmente de pequenos agricultores, geralmente proprietários das suas terras, assim como dos membros familiares. As mulheres e os jovens constituem duas importantes categorias na perspectiva da ação coletiva. Cabe observar que os produtores sem-terra, os assentados e outras categorias prioritárias para o MDA geralmente não fazem parte deste público. Com base nessas considerações, estima-se que 3.500 famílias de agricultores se beneficiem das atividades do Polo.

As ações desenvolvidas são diversificadas. Na linha dos recursos hídricos, o Polo participa na gestão do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) da ASA-Brasil, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em parceria com a ASA-Paraíba, AS-PTA, Patac, associações de agricultores familiares e as prefeituras. Esta linha de ação se inscreve na preocupação não somente de melhorar o fornecimento quantitativo de água para as famílias rurais, mas também de diversificar e descentralizar as fontes de água, com o intuito de acabar com a dependência dos carros-pipa e do jogo político frequentemente associado a este serviço. As cisternas de placas⁴ são consideradas o carro-chefe dessa estratégia.

O eixo ligado aos bancos comunitários de sementes, por sua vez,

tem o objetivo de resgatar variedades, notadamente de feijão, fava, milho etc., bem como permitir ao produtor o acesso às sementes de qualidade e adaptadas às condições edafoclimáticas da região, no momento certo e em quantidade suficiente, tornando-se assim mais autônomo do jogo político local que usa a distribuição de sementes como moeda de troca por votos. O programa é apoiado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pela Secretaria de Agricultura do Estado. As ideias que fundamentam este eixo de ação são baseadas na importância da diversidade das sementes para que se tenha segurança alimentar e que estas sejam as utilizadas tradicionalmente na região. Esta iniciativa é chamada pelo Polo de “sementes da paixão”.

O Polo favorece também o desenvolvimento dos cultivos ecológicos por meio da promoção de inovações baseadas na valorização do conhecimento popular e na prática de experimentação direta pelos produtores, assim como na comercialização de produtos agrícolas livres de produtos químicos. Em parceria com a AS-PTA e a Prefeitura de Campina Grande, o Polo criou a Ecoborborema, uma associação dos produtores e feirantes agroecológicos. Foram também implementados eixos de ações para a produção de mudas, apoio à criação animal, à saúde e alimentação humana (quintais, confecção de alimentos para as crianças, valorização de plantas medicinais).

O Polo atua como um espaço institucional de coordenação dos sindicatos rurais municipais e de associações de produtores familiares. Nos municípios se estabeleceram comissões temáticas conforme as possibilidades e as necessidades. Na escala microrregional, cada eixo possui sua comissão na qual participa um técnico específico da AS-PTA. De forma geral, quase todos os municípios possuem uma comissão de água e de bancos de sementes. Cada um deles dispõe de um representante participando das comissões do Polo. Existe também uma direção executiva da qual participa a

AS-PTA. A experimentação é assumida pelos agricultores com o assessoramento da AS-PTA ou da Universidade (UFCCG) ou ainda da Embrapa. Assim sendo, o Polo é de fato um dispositivo de organização e difusão de experimentações. O Plano de Ação consta de dois programas de formação: o Programa de Formação em Agroecologia e o Programa de Formação em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.

O Polo financia suas atividades por quatro vias: o repasse de recursos conseguidos com ONGs estrangeiras pela AS-PTA; as cotizações dos membros dos STRs municipais; a contratualização direta com órgãos e programas públicos (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Conab) e o repasse de recursos por projetos específicos, tais como o financiamento da ASA-PB. A maior vinculação entre as atividades do Polo e as políticas públicas se dá com o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) ligado ao MDS, que financia parte das atividades do eixo água e recursos hídricos, e a Conab/Mapa, que sustenta três projetos específicos: as merendas escolares, as “sementes da paixão” e o crédito para feijão e mandioca.

Assim sendo, observa-se que a promoção do modelo agroecológico é concebida pelos líderes sindicais como uma via operacional de empreendimento de um processo de desenvolvimento equilibrado nas suas dimensões social, econômica e ambiental. Esta estratégia é coerente com a perspectiva de desenvolvimento sustentável e se fundamenta no reconhecimento explícito do caráter multifuncional da agricultura familiar.

O Fórum de Desenvolvimento Territorial: um projeto que busca integrar a dinâmica do Polo com a da reforma agrária

O território ligado à SDT, que se chama Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Borborema, foi criado em 2003 pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT-MDA). Sua configuração, envolvendo 21 municípios, inclui a cidade de Campina Grande. As cidades

abrangidas pela política de desenvolvimento territorial da SDT-MDA que não participam do Polo Sindical são aquelas que integram o Fórum dos Assentados da Reforma Agrária, assim como alguns outros municípios isolados.

Ao contrário do que ocorre no Polo Sindical, a escolha dos atores envolvidos no território da SDT não responde evidentemente a uma mera lógica de agregação dos atores locais, mas, sim, de representatividade. Por disposição administrativa, todas as instituições públicas e privadas que atuam com o público-alvo do MDA (agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária) são convidadas a participar da plenária (órgão de decisão). Assim sendo, o Fórum do território SDT congregava, em 2007, 97 instituições, das quais 58 são provenientes da sociedade civil. O Polo Sindical e o Fórum dos Assentados, que são as duas instituições mais atuantes na região, participam ativamente do Fórum, em especial no que se refere à promoção da agroecologia.

Cabe observar que, ao início do ano de 2007, 58 entidades participantes da plenária já tinham conseguido indicar os seus representantes e que 39 ainda não fizeram indicações. Nesta data, as percentagens das entidades com representantes oficializados demonstram a capacidade de mobilização das ONGs e das instituições governamentais (respectivamente 80% e 70% dos representantes já foram escolhidos), ao contrário dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais (CMDRs) e dos movimentos sociais (50%, neste caso), e das prefeituras, contabilizando apenas 55% de representantes indicados.

Os atores institucionais se diferenciam entre si por seu grau de interesse pelo processo de desenvolvimento do território e pela força de sua atuação, a qual tem a ver com as alianças estabelecidas. A aliança mais forte é composta do Polo Sindical, alguns STRs, a AS-PTA e o Fórum dos Assentados. Agregam-se a este grupo o BNB, a ONG Arribaça e duas prefeituras. Estas instituições constituem uma espécie de “núcleo duro” muito atuante. Em oposição a

este núcleo, muitas instituições se mostram pouco interessadas pelos debates do Fórum, tratando-se tanto de instituições públicas – Embrapa, Emepa (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária), Emater, Banco do Brasil, Incra, CMDR – como também da sociedade civil, notadamente, neste caso, da Fetal, que, fiel à linha tradicional da ação sindical voltada à providência social, tem uma forte divergência com o Polo sindical no que se refere à importância do projeto agroecológico.

Alguns segmentos do público-alvo não se beneficiam desse processo de desenvolvimento territorial. Em primeiro lugar, existe um grupo de produtores que se excluem voluntariamente da dinâmica territorial, seja porque divergem das instituições do “núcleo duro” ou porque escolheram dinâmicas individuais que lhes satisfazem, baseadas geralmente na produção agropecuária comercial e/ou na prestação de serviços ambientais. Em segundo lugar, há um grupo de produtores passivos, isolados, que não procuram se aproximar dos movimentos sociais nem se aproveitam das dinâmicas participativas.

As ações são estabelecidas conforme as orientações estratégicas definidas pelo núcleo de coordenação, tais como: (i) o fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia; (ii) a valorização do papel dos agricultores experimentadores; (iii) o incentivo dos intercâmbios entre os agricultores como processo de formação; (iv) a primazia do conhecimento do agricultor sobre o saber técnico acadêmico; (v) o fortalecimento das práticas solidárias nas comunidades por meio de créditos rotativos. A partir desses princípios e com base em um diagnóstico, elaborou-se um plano de ação, organizado segundo eixos específicos a diversas dimensões da agricultura familiar: produtiva (consolidação da produção por diferentes meios, tais como: acesso dos agricultores familiares aos mercados, financiamento, segurança hídrica), sociocultural (saúde, segurança alimentar e nutricional; educação, formação e capacitação), político-institucional (participação social) e ambiental.

O Fórum do Desenvolvimento é uma articulação de projetos. Os atores locais são convidados a apresentar projetos referentes aos diversos eixos estabelecidos. Os projetos são analisados e avaliados no bojo de grupos temáticos especializados. Neste contexto, observa-se que a capacidade organizativa e a força das alianças se revelam na hora de selecionar os projetos a financiar. Cabe destacar que os projetos aprovados recebem apoio financeiro não reembolsável. Com a finalidade de impedir atitudes oportunistas por parte de atores isolados que só aparecem à assembleia geral para apresentar projetos de seu próprio interesse, as instituições do “núcleo duro” se organizaram para controlar o núcleo de coordenação e participar ativamente dos grupos temáticos encarregados de examinar as propostas de projetos.

Os projetos selecionados desde a criação do Fórum do Desenvolvimento estão relacionados, de forma geral, à dimensão produtiva da atividade agrícola fora do funcionamento de oficinas e pessoal do Fórum: cisternas, barragens subterrâneas, comercialização dos produtos agrícolas (feiras agroecológicas), banco de semente, produção de mudas, construção de um laboratório para plantas medicinais, compra de ensiladeiras para alimentação animal, incentivo para a produção de roçados (aquisição de implementos e máquinas para o beneficiamento de milho e feijão), capacitação sobre banco de sementes, gestão social, construção de um centro de apoio à produção e à comercialização de mandioca.

Observa-se que a criação do Fórum de Desenvolvimento tem permitido estabelecer as condições necessárias à instauração de um incontestável diálogo entre os diferentes atores locais e, conseqüentemente, à limitação das oposições acirradas existentes entre alguns desses atores (prefeituras, Emater, STR etc.). Para o Polo, o estabelecimento do território facilitou a discussão do modelo agroecológico no qual se fundamenta a proposta da força sindical, principalmente com atores que não correspondem aos parceiros estratégicos dos sindicatos: Embrapa, UFCG, UEPB, Emater,

Fórum dos Assentados. É evidente também que o território tem permitido construir uma institucionalidade operacional que possibilita discutir, comparar e selecionar projetos concretos e coletivos de desenvolvimento territorial, ultrapassando os interesses eleitorais ou oportunistas de alguns poderes municipais.

De fato, os líderes do Polo consideram que a criação do Fórum de Desenvolvimento oferece aos atores da sociedade civil a oportunidade de participar da implementação das infraestruturas com os recursos do MDA, o que não era possível no período anterior, quando a modalidade do Pronaf Infraestrutura e Serviços, que deu lugar ao PDSTR, era administrada pelo poder municipal. Este movimento visando fortalecer a sociedade civil em detrimento do poder executivo local é importante, uma vez que modifica o jogo de forças local. Sem dúvida, o Polo é uma das instituições que mais se beneficia desta mudança. Por outro lado, a experiência do Fórum está oferecendo uma validação do interesse e da operacionalidade de localizar processos de desenvolvimento territorial num espaço regional, criando uma complementaridade em relação aos espaços municipal e estadual.

Mas, evidentemente, a consolidação desse processo de desenvolvimento territorial se confronta com diversas dificuldades. A primeira, e talvez a maior delas, é a rigidez do processo administrativo de financiamento dos projetos aprovados. Observa-se que, por exemplo, no final de 2007, nenhum projeto de investimento, incluindo os primeiros projetos discutidos em 2004, teve os recursos financeiros liberados. Só os projetos de capacitação foram financiados e realizados. As contrapartidas das prefeituras previstas nessa política também representam dificuldades devido ao seu endividamento crônico. Este problema de financiamento é ampliado pelo fato de existirem poucas possibilidades de mobilização de financiamentos externos à SDT.

Uma dificuldade particular tem a ver com o processo de mobilização e de representação dos atores. Existem diversas ques-

tões recorrentes: como mobilizar os atores que priorizam os interesses municipais e que lamentam a perda de recursos financeiros gerados pela extinção do Pronaf Infraestrutura em benefício dos territórios SDT? Como mobilizar o interesse dos órgãos de pesquisa e extensão de tecnologia e motivá-los a aceitar o modelo agrícola defendido pelas organizações dos produtores? Como mobilizar as associações dos produtores familiares quando elas apenas são representadas através dos CMDR? Como limitar a rotatividade dos representantes institucionais? E, talvez, a interrogação mais complexa: como tomar em conta de maneira satisfatória a diversidade territorial?

Na Tabela 1, a seguir, observa-se que a relação entre o número de projetos e o número de propriedades e a área trabalhada varia enormemente segundo as zonas definidas anteriormente. Na zona 1, que é aquela com maiores potencialidades produtivas, a relação entre o número de propriedades por projetos é sete vezes maior que a mesma relação na zona mais deprimida (zona 3). Uma relação similar existe entre área cultivada e projetos. Assim, evidencia-se que o Fórum de Desenvolvimento concentra sua atenção nas zonas 1 e 2, correspondendo também às áreas de atuação do Polo Sindical e do Fórum dos Assentados. Nessas condições, a atuação no território não permite reequilibrar uma situação altamente desigual, assim como diminuir as dificuldades das zonas deprimidas (3 e 4). De fato, o processo atual de seleção dos projetos, baseado na representatividade institucional e na capacidade de negociação dos representantes durante a assembleia geral, não permite levar em conta as zonas e as pessoas mal ou não representadas. Isto é, esse dispositivo não resolve o problema da invisibilidade dos segmentos sociais no território já levantados.

Outro tipo de obstáculo está ligado à elaboração dos projetos de desenvolvimento em âmbito local, evidenciando-se outras questões comuns: como definir uma metodologia que permita identificar e apurar projetos importantes para a população rural? Como

fortalecer a capacidade administrativa dos atores locais no acompanhamento dos projetos coletivos? Como definir um processo de avaliação dos projetos que permita um aprimoramento constante do seu processo de seleção e implementação? De fato, essas interrogações ultrapassam o mero caso do território SDT da Borborema e se apresentam em termos semelhantes para todos os territórios SDTs inclusive para todos os territórios de projetos coletivos.

TABELA 1: Distribuição das ações do território SDT por zonas

Ações do SDT	Zonas			
	1 Zona Central	2 Norte- Leste	3 Zona Sul	4 Norte- Oeste
Recursos hídricos	7	3	0	0
Viveiros	1	1	0	0
Feiras	9	1	1	0
Banco de semente	1	0	0	0
Plantas medicinais	0	1	0	0
Roçados	12	3	0	0
Criação	5	5	2	2
Total	35	14	3	2
Área (ha)	43.324	28.994	23.870	13.733
N. de propriedades	10.366	5.211	6.519	967
Propriedades/projeto	297	372	2273	484
Área total/projeto	1.236	2.071	7.957	6.577

Contudo, no caso do território da Borborema e, de maneira mais geral, dos projetos apoiados pela SDT, essas indagações ainda não têm respostas claras. Estima-se aqui que as respostas devem ser elaboradas tanto no nível federal, pelo próprio MDA, quanto no nível local, pelos próprios atores participantes da ação coletiva. Na esfera federal cabe certamente precisar uma metodologia geral que seja, de um lado, bastante flexível para permitir aos atores locais a definição de projetos adaptados às suas necessidades e susceptíveis de induzir fortes impactos sociais e econômicos, e, de outro lado, que seja suficientemente precisa quanto aos critérios de seleção e avaliação dos projetos. No nível local, os atores deveriam tentar estabelecer uma metodologia de atuação que facilite a agregação social e econômica, tendo a preocupação de melhor integrar os setores sociais marginalizados e melhor utilizar as forças

econômicas (empresas) existentes no âmbito de um projeto integral. Evidentemente, esta proposta não pode ficar sem a implementação complementar de um processo de capacitação dos atores locais.

Observa-se também um forte predomínio dos projetos produtivos. Os projetos que fogem deste marco são unicamente aqueles ligados à saúde e plantas medicinais. A dimensão ambiental por enquanto está ausente, apesar dos Fórum terem escolhido a agroecologia como quadro orientador das ações de desenvolvimento.

Sem dúvida, essas dificuldades recorrentes têm gerado até agora um sentimento de ineficiência por parte dos participantes do Fórum. Frequentemente as pessoas entrevistadas manifestam sua desilusão diante do tempo perdido e da fraca atuação do dispositivo gerido pela SDT. Contudo, vários atores identificam soluções possíveis, notadamente a criação de um fundo rotativo que limite a dependência com respeito à administração pública e a formação dos membros dos CMDRs para melhorar a representação institucional.

Essas dinâmicas alimentam uma reflexão mais ampla sobre a necessidade de se pensar melhor a relação entre a produção de políticas públicas e o território, ou seja, a questão da definição de políticas públicas conforme o nível de governança. Em que nível territorial devem ser discutidas e aplicadas as políticas sociais, agrícolas, rurais, econômicas e ambientais e com que atores institucionais? De fato, os atores locais destacam alguns outros problemas ligados à questão da governança territorial, notadamente: (i) as dificuldades ligadas à transferência de responsabilidades quando não é acompanhada pela transferência de recursos financeiros; (ii) as dificuldades da descentralização dos serviços públicos no Nordeste em situações em que o coronelismo e o clientelismo são expressivos; (iii) o baixo nível de capital humano da sociedade civil e a dificuldade para elevar a capacidade de governança local; (iv) a dificuldade para articular a desconcentração

dos serviços públicos e o fortalecimento dos projetos coletivos no mesmo recorte territorial e (v) as dificuldades ligadas às temporalidades diferentes entre a implementação das políticas públicas e a capacidade de apropriação pela sociedade civil.

Debate e conclusões: a articulação entre multifuncionalidade e projetos territoriais

O projeto de pesquisa no qual se enquadra o presente estudo revisou as diferentes concepções relativas às noções de território e de multifuncionalidade da agricultura. Quatro concepções foram identificadas através da literatura. A primeira é o território concebido como espaço de expressão das externalidades das atividades agrícolas. A segunda é o território concebido como resultado de projetos coletivos ligados à agricultura, voltados para a construção de recursos específicos e discriminantes. A terceira é o território concebido como resultado de projetos coletivos baseados na agricultura, não especificamente econômicos. A quarta e última é o território concebido como componente fundamental de sociedades tradicionais. No caso da região estudada, o território corresponde essencialmente a um espaço de ações coletivas e se encaixa na terceira das concepções aqui mencionadas.

No caso específico do Fórum do Desenvolvimento (SDT), a referência à identidade corresponde mais a uma lógica de construção estratégica do que a uma realidade social comprovada. Trata-se de uma ação coletiva baseada em interesse de categoria, valorizando aspectos ligados à multifuncionalidade da agricultura numa lógica territorial. Dito de outra maneira, trata-se de captar financiamentos públicos para implementar projetos para o benefício de um ou vários grupos de agricultores familiares. Sendo uma lógica de categoria, esta dinâmica gera um processo de exclusão. São excluídos de maneira explícita os grandes produtores presentes neste território, como também, de fato, os produtores ou moradores que não pertencem às organizações atuantes no território. Desse

modo, muitos produtores e moradores do território que se encontram em condições de marginalidade social e econômica estão ausentes dos processos de desenvolvimento territorial.

As duas dinâmicas territoriais identificadas (Polo Sindical e Fórum de Desenvolvimento) apresentam diferenças no que diz respeito ao seu papel dentro do processo de construção das políticas públicas. O Polo Sindical desempenha um papel importante na proposição de instrumentos de políticas públicas dirigidas para os agricultores familiares, assim como na realização de serviços públicos para este segmento da população. O papel do Fórum da SDT é diferente, uma vez que não pretende inovar no melhoramento do modelo agroecológico, mas propiciar as condições para a implementação deste modelo. No entanto, tanto o Polo como o Fórum da SDT baseiam suas argumentações na necessidade de fortalecer a multifuncionalidade da agricultura familiar, por meio do reconhecimento e do desenvolvimento do modelo agroecológico. Para ambas as organizações, a negociação com o Estado não se baseia nos serviços que a agroecologia poderia desenvolver para a sociedade e o meio ambiente, mas na necessidade de fortalecer o modelo agroecológico. De outro ponto de vista, para o Polo, o território SDT é essencialmente um dispositivo de legitimação do modelo agroecológico.

Para os líderes do Polo, ao contrário do que aconteceu em outros países, notadamente na França,⁵ não é importante, nem mesmo legítimo, negociar uma contrapartida do Estado com respeito às amenidades da agricultura familiar para a sociedade. É interessante destacar que este posicionamento é coerente com a contestação das políticas sociais baseadas na transferência de recursos públicos para o combate à pobreza. Trata-se de defender a capacidade da agricultura familiar (e especificamente, neste caso, da agroecologia) de sustentar corretamente uma família, preservando ao mesmo tempo a qualidade de vida na sociedade local e o meio ambiente. A argumentação que defende a agroecologia ba-

seia-se fundamentalmente nas dimensões de conservação do meio ambiente, preservação dos valores culturais e promoção da solidariedade e da eficiência econômica. Todos esses argumentos se juntam para destacar a capacidade de autonomia da agricultura familiar. Para o Polo, mas também para o Fórum dos Assentados, a difusão do modelo agroecológico é fortalecida pelo enfoque territorial, visto que permite mobilizar novos atores (universidades, Embrapa, Emater) e de se estabelecer novas regras reduzindo o poder de atuação das prefeituras.

No entanto, do ponto de vista do processo de desenvolvimento territorial, observa-se que os resultados no estado atual não podem ser avaliados como plenamente satisfatórios, uma vez que eles são bastante desiguais, tanto no recorte territorial quanto no social. A atuação por meio de projetos ativados por grupos sociais com interesses de categoria faz com que alguns problemas ambientais, sociais e econômicos não sejam solucionados. A existência de um número importante de produtores excluídos de tais dinâmicas é uma das manifestações da limitação desse dispositivo. A mesma coisa acontece com os municípios. Aqueles municípios com maiores dificuldades não são levados em conta. Outra limitação é a escassez dos recursos financeiros em jogo. Isso impossibilita realizar ações de grande porte e reverter a dinâmica de desenvolvimento em favor da maioria dos produtores rurais. Assim sendo, cabe ressaltar que as dimensões multifuncionais e territoriais não atendem às expectativas dos atores envolvidos. Neste sentido, evidencia-se a persistência de questões recorrentes: tanto no caso do Polo Sindical – como combinar a multifuncionalidade da agricultura familiar, ou seja, ligada a um interesse categorial, com o desenvolvimento territorial que remete ao interesse geral? – como no caso do Fórum – como realizar um verdadeiro processo de reequilíbrio territorial utilizando o caráter multifuncional das diversas agriculturas presentes?

A pesquisa realizada procurou identificar e entender, através da

observação de experiências concretas, o processo de definição de territórios, partindo do conceito de que o território é um processo de construção, fundamentado na negociação e coordenação dos atores sociais, tomando em conta as características locais. Desta perspectiva, cada um dos dois projetos coletivos estudados apresenta características próprias. No que diz respeito ao Polo Sindical, o território construído deve ser entendido apenas como o espaço de atividade da coordenação sindical que tem por objetivo principal a defesa dos interesses dos agricultores familiares e, de maneira mais específica, dos membros dos STRs municipais e das associações de produtores familiares aliadas. O território do Fórum da SDT é mais abrangente, uma vez que procura estabelecer uma coordenação entre diferentes tipos de atores (agricultores familiares, assentados, remanescentes de quilombolas etc.) com vistas a melhorar as condições de vida e de trabalho dessa população localizada num determinado recorte territorial, assim como criar oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Este objetivo encontra, atualmente, sérias dificuldades para se realizar diante da falta de mecanismos eficientes de reequilíbrio social e territorial. Esta observação leva a questionar tanto as regras de funcionamento do território como o procedimento utilizado para definir o recorte do território SDT.

Quanto à relação entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e o território, que corresponde à questão principal de pesquisa, um ponto muito interessante a destacar é a relação entre diferenciação espacial e funções a valorizar. As características de cada zona de um território influencia diretamente o tipo da agricultura desenvolvida e, então, suas funções.

A partir dos casos estudados, observa-se que a multifuncionalidade aparenta ser mais um argumento num processo de negociação entre atores privados locais e públicos localizados nos níveis estadual e federal do que um verdadeiro referencial para a implementação dos processos de desenvolvimento territorial. Isto não significa que

tal argumentação não seja oportuna. A filosofia de ação do Polo e do Fórum se baseia no reconhecimento das múltiplas funções da agricultura, as quais, por sua vez, devem ser atendidas por políticas públicas adequadas e diversificadas. De maneira lógica, para o presidente do STR de Lagoa Seca, membro do comitê executivo do Polo Sindical, a importância do conceito de multifuncionalidade não é tanto a de justificar uma negociação com o poder público sobre uma eventual remuneração de serviços prestados pela agricultura familiar e que beneficia a sociedade como um todo, como, por exemplo, foi no caso da Europa. Mas, sim, a de discutir com o poder público as condições da preservação do caráter multifuncional da agricultura familiar e facilitar, assim, a sua livre reprodução. A frase do presidente do sindicato de Lagoa Seca parece bem apropriada para resumir esta convicção: “Não queremos mercantilizar todos os serviços que nós prestamos à sociedade.”

Conclui-se também que, para contribuir com a valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar, os atores locais devem implementar projetos coletivos territoriais por meio da consolidação de parcerias entre os atores locais e/ou públicos e escolher objetivos coletivos que não se limitem à difusão do modelo agroecológico. Tais objetivos relacionam-se com a capacidade de uma ação coletiva. Eles devem necessariamente fazer emergir um objetivo comum. A identificação e a hierarquização das funções deveriam, portanto, resultar de um debate localizado politicamente nos níveis nacional e local, no âmbito de um espaço que faça sentido para os atores locais e o território, e para uma metodologia específica, a saber, o desenvolvimento territorial. Isso tem a ver com a concepção normativa⁶ (OCDE, 2001) da multifuncionalidade, que entende a agricultura como um setor econômico específico, cujo conjunto de objetivos deve ser definido pela sociedade local a partir de um debate que influencie a expressão das funções. Nesta lógica, um conjunto de intervenções públicas é construído com o propósito de consolidar os agricultores que desenvolvem ações multifuncionais.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.
- BONNAL, P. et al. As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas: o caso do município de Lagoa Seca no Agreste Paraibano. In: TONNEAU, J. P. & SABOURIN, E. (ed.). *Agricultura Familiar, Integração entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- GONÇALVES, D. E. *Diagnóstico da situação inicial do Território Rural da Borborema*. Brasília: IICA, agosto de 2004a.
- _____. *Plano estratégico com visão do futuro dos atores territoriais do território rural da Borborema*. Brasília: IICA, fevereiro de 2004b.
- MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J. & MALUF, Renato S. *Para além da produção. Multifuncionalidade e Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MOREIRA, E. & TARGINO, I. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária. 1997.
- OCDE. *La multifonctionnalité. Elaboration d'un cadre analytique*. Paris: OCDE, 2001.
- PNUD-IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* (versão CD, 2003).
- Pólo Sindical da Borborema. Seminário Agricultura Familiar no Compartimento da Borborema, Lagoa Seca, 3 a 5 de abril de 2001.
- Território SDT. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS Borborema*. Versão atualizada até 10/11/05 (não validado em Plenária), 2005.
- Território SDT. Oficina 1. *Oficina Territorial de Alinhamento Conceitual Metodológico e Articulação das Ações Territoriais no Território da Borborema*. Relatório final redigido pela Ghislaine Duqué, 7 a 8 de julho de 2004.
- Território SDT. Oficina 2. *Oficina Gestão e Planejamento de Desenvolvimento Territorial - Borborema*, Fase II, 1 a 3 de setembro de 2004.
- Território SDT. Oficina 3. *Oficina sobre Concepção Básica do Desenvolvimento Territorial*, Fase II. Etapa 1, 16-18 de dezembro de 2004, Etapa 2, 27 a 28 janeiro de 2005, Etapa 3, 11 de fevereiro de 2005.

Notas

¹ A ocupação do sertão e do agreste com a atividade pecuária foi importante para a configuração do território estadual. Assim, como o engenho foi decisivo para a organização social, econômica e cultural no litoral, a fazenda cumpriu esse papel no agreste e sertão (MOREIRA & TARGINO, 1997).

² Associação de Educação Popular, criada em Guarabira.

³ Respectivamente, Movimento dos Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Pequenos Agricultores.

⁴ Trata-se de uma cisterna redonda, feita de placas de cimento pré-moldadas, parcialmente enterrada, de forma que resiste melhor à pressão da água do que uma cisterna quadrada de tijolos e é muito mais barata.

⁵ Por exemplo, o CTE (Contrato Territorial de Estabelecimento). Criado em 1999, o CTE era uma novidade no apoio às políticas públicas agrícolas, ao propor um contrato entre os agricultores e o Estado. Apoiando-se nos projetos gerais da propriedade e de um território definido coletivamente, o CTE tinha como objetivo favorecer a expressão multifuncional da atividade agrícola: o desenvolvimento econômico, a proteção do meio-ambiente, o equilíbrio dos territórios e do emprego. O Estado, por seu lado, engajou-se, num período de cinco anos, a apoiar financeiramente o projeto do agricultor.

⁶ A outra concepção valoriza o papel do Estado para corrigir as falhas do mercado no tratamento das externalidades (correspondendo a uma abordagem positiva).

PIRAUX, Marc; Philippe Bonnal. Projetos coletivos de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar: um estudo sobre o entorno de Campina Grande (PB). *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2008, vol. 16 no. 2, p. 262-292. ISSN 1413-0580.

Resumo. (*Projetos coletivos de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar: um estudo sobre o entorno de Campina Grande, PB*). Após ter identificado os componentes das dinâmicas territoriais na região da Borborema na Paraíba, os autores analisam e discutem dois projetos coletivos interligados: o Polo Sindical e das Associações da Borborema e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Borborema, com o intuito de entender a relação existente entre as ações coletivas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura. As conclusões da pesquisa apontam para a fraca relação entre essas ações e as estratégias de valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar e para suas dificuldades em romper o processo excludente no meio rural.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, multifuncionalidade, agricultura familiar.

Abstract. (*The collectives projects of territorial development and the multifunctionality of agriculture: a study on Campina Grande urban area*). After identifying the territorial dynamics of Borborema region in Paraíba State, the authors analyse and discuss two interconnected (the Union Pole and of the Associations of Borborema Region and the Sustainable Development Forum of Borborema Region), with the intention of understanding the existing relation between the collective action of territorial development and the multifunctionality of agriculture. The conclusions of the research focus on the poor relationship between these actions and the strategies of valorisation of multifunctionality of family agriculture its difficulties to break the exclusion process in the rural region.

Key words: Territorial Development, Sustainable Development, Agriculture Multifunctionality, Family agriculture.